COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.694-A, DE 1999

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.”

Autor: Deputada LUIZA ERUNDINA

Relator: Deputado EBER SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.694, de 1999, da Deputada Luiza Erundina, propõe a obrigatoriedade de fornecimento de cardápio com as informações em Braille pelos restaurantes, bares e lanchonetes.

Impõe a penalidade de multa, equivalente a 100 (cem) UFIRs, pelo descumprimento da obrigação, duplicada em caso de reincidência.

O Projeto já recebeu Parecer, pela aprovação, da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, que se manifestou pela necessidade de reconhecimento da igualdade de direitos das pessoas portadoras de deficiência visual.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Proposição está embasada na garantia de direito fundamental dos portadores de deficiência, inscrito no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, que assegura a todos os cidadãos o acesso à informação, com ressalva apenas ao sigilo necessário ao exercício profissional.

A medida, à primeira vista, pode parecer demasiadamente específica, mas tem grande significação para os portadores de deficiência visual, por envolver questões fundamentais do cotidiano dessas pessoas.

Sabemos que a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, trata das normas gerais para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Todavia, esta Lei se reporta a barreiras arquitetônicas, urbanísticas, de transportes e de comunicações, atendo-se, quanto ao acesso à informação, a incentivar a formação de intérpretes da escrita em Braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, a par de outras medidas quanto aos meios de comunicação de massa.

No caso sob análise, necessário se faz uma norma pontual, que obrigue os restaurantes, bares e lanchonetes a disponibilizarem, de pronto, o cardápio em Braille, de modo a garantir a acessibilidade do portador de deficiência visual àquelas informações, o que prescinde de qualquer outra medida.

Estando patente, portanto, a adequação e oportunidade da matéria, votamos, acompanhando a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.694, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado EBER SILVA
Relator